

Acta nº 5/2009

Aos dias 02 de Junho de 2009, pelas 16h00, reuniu-se em plenário o Conselho Local de Acção Social de Santa Maria da Feira, no auditório do Convento dos Lóios, na Freguesia da Feira, Concelho de Santa Maria da Feira.

A Dra. Manuela Coelho, Chefe da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, deu início à sessão de trabalho dando as boas vindas a todos os presentes. De seguida apresentou a mesa: a Dra. Custódia, representante da Segurança Social no Núcleo Executivo, o Sr. Horácio Sá, presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e Risco e também elemento do Núcleo Executivo, e a Dra. Rosa Maria, do Centro de Emprego de S. João da Madeira, todos eles com intervenções previstas no CLAS.

Antes de dar início à ordem de trabalhos a Dra. Manuela Coelho, referiu a iniciativa do Mosaico Social - I Encontro Concelhio de Boas Práticas de Intervenção Social de Santa Maria da Feira, dando nota do trabalho realizado por todos os parceiros da Rede Social em prol da Qualificação das Respostas Sociais Concelhias.

A Dra. Manuela passou de imediato ao 1º ponto da ordem de trabalhos - Leitura e aprovação da Acta da Reunião anterior. Visto a acta da reunião anterior estar em posse dos presentes foi colocada de imediato a sua aprovação, tendo sido aprovada por maioria com as seguintes abstenções, por não terem estado presentes na última reunião: Centro Social de Milheirós de Poiães, Centro Social de Fornos, Centro Social de Escapães e Hospital S. Sebastião.

De seguida a Dra. Manuela passou ao ponto nº 2 – Informações.

-A Dra. Mónica da Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira informou o plenário que nos dias 19 e 20 de Junho vai decorrer no Auditório da Biblioteca Municipal o II Seminário de Alcoologia (19 de Junho) e VI Encontro de Alcoólicos Recuperados Concelho de Santa Maria da Feira (20 de Junho), com o lançamento do livro “histórias do passado...testemunhos do presente”.

-Implementação do Cartão Sénior Municipal -Tendo em linha de conta as necessidades identificadas pelo Plano Estratégico para a Terceira Idade do Concelho de Santa Maria da Feira (2008-2011), concretamente na Medida “Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas”, identificam-se algumas situações passíveis de intervenção directa, com vista à melhoria das condições de vida dos munícipes seniores. Na sequência da preocupação do Município em definir e implementar estratégias de apoio às condições de pobreza, o Cartão Sénior Municipal surge como uma resposta para a melhoria das condições de vida da população sénior do Município, traduzindo-se numa estratégia de apoio social e económico à população com idade igual ou superior a 65 anos, que residam e estejam recenseados no concelho de Santa Maria da Feira, há mais de um ano. Estes objectivos associam-se aos benefícios da utilização do Cartão Sénior Municipal, que em proposta de regulamento consta da definição de 2 escalões, em função do rendimento anual do requerente. O Regulamento do Cartão Sénior Municipal será colocado à aprovação da Câmara no dia 8 de Junho de 2009.

-Dia Metropolitano dos Avós - No ano de 2009 será comemorado no Concelho da Maia, com a participação de 10 Municípios e prevendo-se a participação de 1500 idosos do Concelho da Feira.

-Candidaturas: a Dra. Manuela alertou os presentes para a necessidade de consultarem regularmente os sites do QREN, do Alto Comissariado para a Saúde e os sites das Fundações. Informou que a Associação Rosto Solidário beneficiou do apoio do Montepio para o Projecto da Frota Solidária. A Dra. Mónica da Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria da Feira informou que este ano serão consideradas prioritárias para financiamento pelo Alto Comissariado da Saúde as candidaturas nas áreas das doenças Cardiovasculares; doenças Oncológicas e Saúde Mental.

A Dra. Assunção Bessa da Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares informou que a candidatura que apresentou no ano passado ao Alto Comissariado da Saúde na época de Outubro foi aprovada. Essa candidatura prevê a produção de dois manuais no âmbito das doenças Neuromusculares. O Projecto terá início em dois meses. Finalizando este ponto a Dra. Manuela Coelho referiu que foi efectuada uma candidatura pelos 5 Municípios do Entre Douro e Vouga ao Eixo 3- Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte. Este projecto destina-se a pessoas com 65 e mais anos, crianças e famílias residentes na região EDV. A candidatura compreende 3 fases de intervenção: Levantamento do Património Cultural / Etnográfico do EDV, através da promoção de acções de dinamização e intercâmbio Intergeracional, criação / elaboração de produtos e posterior divulgação e fruição

dos mesmos; Realização de cinco Rotas do Património Cultural do EDV; Apresentação Pública dos resultados da Fase I e II.

A Dra. Manuela passou de seguida ao ponto da ordem de trabalhos relativo às candidaturas efectuadas no âmbito do POPH- Medida 6.12 e ao Programa Operacional Norte-Creches. No uso da palavra a Dra. Cristina Ribeiro, do Secretariado Técnico da Rede Social, informou os presentes que o Centro Paroquial de Espargo apresentou candidatura para construção de creche para 33 lugares no âmbito do Programa Operacional Norte. Relativamente à emissão do parecer da Rede foram informados os presentes que este já tinha sido emitido com parecer favorável em reunião do CLAS de 21 de Outubro de 2008. A Prof. Conceição do Centro Social de Espargo informou que o Centro Social tinha aberto um Gabinete de apoio à comunidade.

Relativamente à medida 6.12 do POPH, foram efectuadas 13 candidaturas, a saber: Centro Social e Paroquial S. Tiago de Espargo – Criação de Centro de Dia e criação do Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Social, Cultural Recreativo de Louredo- Criação de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Social Vilamaiorense- Criação do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Movimento de Apoio Social São Paio de Oleiros- Criação de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Social de Paços de Brandão- Criação de Lar, remodelação do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Associação Cultural, Social, Recreativa de Travanca- Criação de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Social do Vale- Criação de Lar, remodelação de Centro de Dia e Apoio Domiciliário; Associação Doentes Neuromusculares Criação do Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Actividades Ocupacionais; Fundação Sanitus- Criação de Lar e Lar Residencial; Associação Bem-Estar Santa Maria de Lamas- remodelação de Lar , Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário ; Cerci-Lamas-Criação de Centro de Actividades Ocupacionais e Lar Residencial; centro Social Caldas S. Jorge- Criação de Lar; Centro Assistência à Terceira Idade e Infância de Sanguedo- Remodelação de Lar e Centro de Dia.

A Dra. Cristina Ribeiro deu seguimento ao ponto nº 4 da ordem de trabalhos: apresentação e ratificação de pareceres emitidos pelo núcleo executivo. Como definido no preâmbulo no Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho, os pareceres passam a ter carácter obrigatório para todos os projectos de desenvolvimento social. No âmbito da Reunião do Núcleo Executivo, realizada no dia 26 de Maio de Maio de 2009, foram colocados à apreciação e análise a emissão dos pareceres da Rede Social relativamente às candidaturas apresentadas no âmbito da medida 6.12-Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social do POPH- Programa Operacional Potencial Humano. Relativamente às candidaturas apresentadas o

Núcleo Executivo deliberou a emissão de parecer favorável a cada uma delas tendo em conta os seguintes critérios: Taxa de cobertura dos equipamentos e Respostas Sociais, em que estas são inferiores à média distrital; as candidaturas apresentam-se como respostas de proximidade; concertação com os instrumentos de planeamento estratégico da Rede Social: Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social 2008-2011 e Plano de Acção 2008-2009. Foi colocada à votação do plenário a emissão de parecer favorável pelo Núcleo Executivo, relativamente à criação das seguintes respostas, pelas seguintes Instituições. As candidaturas foram submetidas à votação por entidade tendo sido cada uma aprovada por unanimidade.

Deliberou igualmente o Núcleo Executivo apresentar a seguinte proposta no que concerne à emissão de futuros pareceres: quando presente intenção de candidatura a qualquer programa de apoio técnico e /ou financeiro, a entidade, enquanto parceira do Conselho Local de Acção Social, deve apresentar com carácter obrigatório a mesma à apreciação do núcleo executivo numa lógica de concertação prévia. Esta proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção da ANOP- Agência Nacional de Oficinas e projectos.

A Dra. Manuela passou de seguida a palavra ao Sr. Horácio Sá, presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o qual procedeu à apresentação do Relatório de Actividades. Começou por referir a diminuição do número dos processos em acompanhamento, facto ao qual não é indiferente o trabalho realizado a montante pelas Instituições do Concelho. Considerando que as instituições são a base da pirâmide os processos devem chegar à Comissão quando esgotadas todas as estratégias ao alcance destas. A Comissão tem-se deslocado às Instituições mesmo quando não existe processo aberto de acordo com esta filosofia de intervenção. Relativamente à distribuição do nº de sinalizações por freguesias assistiu-se a um crescimento exponencial do nº de sinalizações na freguesia de Santa Maria da Feira. A freguesia de Arrifana apresenta igualmente um nº preocupante de processos, ao que não será indiferente a influência do Concelho de São João da Madeira. Relativamente à variável idade a faixa etária mais preocupante situa-se entre os 6 e os 14 anos e ainda mais preocupante pela falta de respostas a partir dos 14 anos. Deveria existir uma interligação entre a cultura, o desporto e a resolução das problemáticas destes jovens. No que concerne às problemáticas os processos por negligência (348) são os que aparecem em maior número, reforçando a necessidade de um programa de formação parental. Referiu o problema das famílias de acolhimento, nomeadamente que somos o país da Europa com mais crianças institucionalizadas. Solicitou apoio à Rede Social para a realização de uma campanha de captação de famílias de acolhimento tendo presente que é necessário formar os candidatos para ver chegar e ver partir. Neste ponto a Dra. Manuela propôs a realização de uma reunião

do Grupo Temático da Saúde e Acção Social com a seguinte ordem de trabalhos: captação de famílias de acolhimento e formação parental e envolvência da área desportiva no acompanhamento de menores.

Avançando para o ponto seguinte a Dra. Manuela Coelho deu início ao ponto nº 6 – Apresentação do Relatório de actividades 2008 e Plano de actividades para 2009 do Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção, passando a palavra à Dra. Custódia do Serviço Local da Segurança Social de Santa Maria da Feira. Tendo presente que os presentes tinham a documentação para análise em seu poder, a Dra. Custódia ressaltou os seguintes aspectos: de acordo com o trabalho desenvolvido no decorrer do ano de 2008, as áreas de inserção, emprego, educação e habitação são aquelas em que se verifica uma maior necessidade de investimento e rentabilização de recursos; na área do emprego é importante o reforço e disponibilização de recursos ao nível local, existindo actualmente uma estrutura , Agência Local de Emprego, ao abrigo do Programa Progride , que vai tentando encontrar recursos de inserção adequados ao perfil dos beneficiários , existindo ainda os Gabinetes de Inserção Profissional. Pretende-se e incentivar e orientar os beneficiários em idade activa para uma procura activa do emprego. Referiu ainda ao nível da Educação que se continua a verificar um baixo nível de escolarização por parte dos beneficiários, tanto jovens como adultos. As ofertas de escolarização introduzidas pelo programa “ Novas Oportunidades” devem ser rentabilizadas de acordo com a necessidade de deslocação dos beneficiários, tendo em conta as distancias de residência dos beneficiários e os locais disponibilizados para frequência escolar. Conclui-se que os beneficiários carecem de um apoio sistemático para a sua mobilização nas acções de educação e formação. Pretende-se a criação de uma rede de transportes que facilite a mobilidade dos beneficiários para acederem aos recursos de inserção disponibilizados. Ao nível habitacional, os recursos disponibilizados vão respondendo pontualmente ao encaminhamento de pessoas isoladas e famílias, pelo que a orientação do Núcleo terá de se orientar no sentido de se promover a diversidade e aumento de respostas. Conclui-se que todo o trabalho a desenvolver terá de passar pela co-responsabilização dos parceiros nos processos de inserção dos beneficiários devendo ser orientado no sentido de promover a sua autonomia através da sua inserção laboral, social e comunitária. Após esta explanação foi colocada à votação do Plenário o Plano de Acção para 2009, tendo sido aprovada por unanimidade.

Passou-se então ao ponto nº 8 da ordem de trabalhos Apresentação das Conclusões do grupo de Trabalho, Emprego e Formação. A Dra. Manuela informou o plenário que, na sequência da reunião realizada iriam ser apresentadas naquela data algumas acções implementadas ou em

fase de implementação pelos parceiros da Rede perante o aumento do fenómeno do desemprego.

A Dra. Manuela prestou informações sobre o Protocolo de Cooperação assinado a 27 de Fevereiro de 2009 na ENEfeiras, entre o Município de Santa Maria da Feira, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.- Centro de Emprego de S. João da Madeira; Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.- Centro de Formação Profissional de Rio Meão, Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça-Cincork, Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, e Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Santa Maria da Feira, em número de 39. O Protocolo de Cooperação “surge no âmbito do desenvolvimento e articulação com os diversos intervenientes sociais, na aposta da qualificação e investimento em capital humano, de forma a reunir os recursos fundamentais necessários à qualificação e emprego dos Municípios de Santa Maria da Feira para as respostas sociais existentes e em construção no Concelho”. Para concretização dos objectivos presentes no Protocolo será aplicado um Inquérito por questionário às Instituições Concelhias referente às necessidades e motivações no âmbito da formação institucional.

Continuou abordando as medidas de Apoio ao Desemprego Involuntário adoptadas pela Divisão de Acção Social. A metodologia utilizada passou por: processo de atendimento personalizado; criação de parcerias com as empresas, que disponibilizaram: informação e espaços de atendimento; Articulação com parcerias da Rede Social – IPSS’s; Agrupamentos de Escolas; Juntas de Freguesia; IEFP; Centros de Formação; ALPE; CIAC. Foram apoiadas até à data 131 famílias (Áreas de Actividade: Cortiça e Calçado). O tipo de apoio efectuado às famílias em situação de desemprego involuntário passou por: Acção Social Escolar encaminhamento para Formação; Acção Social; Apoio Alimentar; Encaminhamento para Emprego; apoio à criação do Próprio Emprego e apoio psicológico.

Foi dada a palavra à Dra. Anabela Mota do Centro de Emprego de São João da Madeira que passou a apresentar as medidas previstas na Iniciativa Emprego 2009: apoio à contratação de Jovens, de desempregados, de longa duração e de públicos específicos, apoio financeiro e/ou isenção de contribuição para a Segurança Social; Apoio ao Emprego de Jovens; Estágios Profissionais; apoio à contratação a termo de trabalhadores mais velhos e de públicos específicos; redução da taxa contributiva para a Segurança Social; Apoio á inserção profissional de desempregados; Contrato Emprego - Inserção; Contrato Emprego -Inserção +; Apoio à inserção profissional; Estágios Qualificação- Emprego; Apoio á redução da precariedade no

emprego dos jovens; apoio ao emprego em Micro e Pequenas empresas; redução da taxa contributiva para a Segurança Social.

A Dra. Manuela retomou a palavra para prestar informações sobre os Gabinetes de Inserção Profissional aprovados no Concelho de Santa Maria da feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; Escola Profissional de Paços de Brandão; ISVOUGA, Junta de Freguesia de Lourosa, Junta de Freguesia de Lobão.

Ainda dentro do ponto nº 8, a Dra. Joana Mouta coordenadora da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE) apresentou os serviços promovidos, formação, encaminhamento e apoio na criação de micro-negócios. Ressaltou que a área de diferenciação da ALPE relativamente a outras estruturas similares é no trabalho à medida com as pessoas. Destacou do trabalho realizado os Clubes ALPE. Houve necessidade de reestruturação do serviço para darem resposta ao aumento da afluência registado.

Os trabalhos foram retomados usando da palavra a Dra. Cristina do Secretariado Técnico da Rede Social, para proceder à apresentação da monitorização do Plano de Acção 2008-2009. Apelou ao envolvimento dos parceiros na operacionalização e cumprimento das acções previstas. Referiu que a apresentação carece ainda do contributo das opiniões dos parceiros pelo que o documento será remetido às instituições para apreciação.

Por último e dentro do Ponto 9 da Ordem de trabalhos – Proposta de Implementação dos Juizes Sociais, a Dra. Manuela Coelho procedeu à seguinte explanação: a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, mediante solicitação do Ministério da Justiça, está a proceder à organização do processo de nomeação de juizes sociais, para o Tribunal de Família e Menores de Santa Maria da Feira, previsto no Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho, que regulamenta o regime de recrutamento e funções dos juizes sociais. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens (aprovada pela Lei nº 147/99, de 14 de Setembro) e a Lei Tutelar Educativa (aprovada pela Lei nº 166/99, de 14 de Setembro), determinam a intervenção de um colectivo de juizes sociais, no debate judicial em processos de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo, e nas audiências em que esteja em causa a aplicação de uma medida de internamento do menor. Com a institucionalização dos juizes sociais procura-se fundamentalmente trazer a opinião pública até aos tribunais e levar os tribunais até à opinião pública. O exercício do cargo de juiz social constitui serviço público obrigatório, é considerado como prestado na profissão, actividade ou cargo do respectivo titular e a sua nomeação é feita por um período de dois anos, podendo ser nomeados cidadãos portugueses de reconhecida idoneidade que satisfaçam as seguintes condições: ter mais de 25 anos e menos de 65 anos de idade; saber ler e escrever português; estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos; não estar pronunciado

nem ter sofrido condenação por crime doloso; residir na área do município do respectivo tribunal. Na preparação das listas, a Câmara Municipal pode socorrer-se da cooperação de entidades, públicas e privadas, ligadas por qualquer forma à assistência, formação e educação de menores, como por exemplo Associações de Pais, Estabelecimentos de Ensino, Associações Profissionais relativas a sectores directamente implicados na assistência educação e ensino, Associações e Clubes de jovens e Instituições de Protecção à Infância e à Juventude. Na sequência das informações prestadas a Dra. Manuela Coelho propôs que os membros propostos representem Instituições Locais, exerçam ou que tivessem exercido funções de relevo na área da Educação e Protecção de menores, representem diversas áreas do saber e obedeçam aos critérios exigidos por Lei para nomeação. A lista será composta por um total de 15 membros efectivos e 15 membros suplentes e será submetida à apreciação do executivo camarário no dia 8 de Junho de 2009, e posteriormente à Assembleia Municipal. Esta proposta foi aprovada pelo Plenário.

Nada mais havendo a tratar a Dra. Manuela Coelho deu por encerrada a reunião.